

De Monroe a Obama: a América Latina como zona geoestratégica dos Estados Unidos

From Monroe to Obama: Latin America as geo-strategic zone of the United States

BERNARDO SALGADO RODRIGUES | bernardo.rodrigues@pepi.ie.ufrj.br
Doutorando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-IE/UFRJ). Professor Substituto do IRID-UFRJ.

Recebimento do artigo Outubro de 2018 | **Aceite** Novembro de 2018

Resumo Desde a concepção de James Monroe até a presidência de Barack Obama, houve a trajetória de um expansionismo estadunidense limitado ao continente americano para um planetário. Entretanto, a América Latina continua a ser – do ponto de vista geoestratégico – a região mais importante para os Estados Unidos, fato este constatado em sua preocupação, desde seus primeiros anos como nação, em elaborar uma postura política que abarcasse todo o hemisfério. O presente artigo busca realizar um breve histórico da geopolítica estadunidense na América Latina a fim de analisar a hipótese de que a América Latina é a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos. Utilizar-se-á de uma metodologia da pesquisa histórica pautada em documentos e bibliografia que englobam as formas de atuação estadunidense na América Latina do século XIX ao XXI. Busca-se demonstrar que o objetivo dos Estados Unidos na América Latina vem consistindo na vigilância preventiva de controle hemisférico unilateral, mantendo o domínio geoestratégico a fim de deter potências competidoras regionais através de mecanismos políticos, militares e econômicos na promoção de uma pretensa paz, democracia e livres mercados. **Palavras-Chave** geoestratégia, política internacional, Estados Unidos, América Latina.

Abstract From the conception of James Monroe until the presidency of Barack Obama, there was a trajectory of an American expansionism limited to the American continent for a planetarium. However, Latin America continues to be – from a geo-strategic point of view – the most important region for the United States, a fact that has been evident in its concern, since its first years as a nation, in developing a political position that would encompass the entire hemisphere. The present article seeks to make a brief history of U.S. geopolitics in Latin America in order to analyze the hypothesis that Latin America is the most important strategic zone for the United States. It will be used a methodology of historical research based on documents and bibliography that encompasses the forms of the U.S. actions in Latin America from the nineteenth to the twenty-first century. It seeks to demonstrate that the United States' objective in Latin America have been consisting in the preventive surveillance of unilateral hemispheric control, maintaining the geostrategic domain in order to detain regional competing powers through political, military and economic mechanisms in the promotion of a supposed peace, democracy and free markets. **Keywords** geostrategy, international politics, United States, Latin America.

Introdução

Desde a concepção de James Monroe até a presidência de Barack Obama, houve a trajetória de um expansionismo estadunidense limitado ao continente americano para um planetário. Entretanto, a América Latina continua a ser – do ponto de vista geoestratégico – a região mais importante para os Estados Unidos, fato este constatado em sua preocupação, desde seus primeiros anos como nação, em elaborar uma postura política que abarcasse desde o sul do Rio Bravo até a Terra do Fogo.

Assim, o presente artigo busca realizar um breve histórico da geopolítica estadunidense na América Latina, a fim de confirmar a hipótese realizada por Samuel Pinheiro Guimarães em seu livro “Quinhentos anos de periferia” (2002), de que a América Latina “é de fato a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos.” Utilizar-se-á de uma metodologia da pesquisa histórica pautada em documentos e bibliografia que englobam as formas de atuação estadunidense na América Latina do século XIX ao XXI, divididos em três partes que abarcam os três períodos históricos. Busca-se demonstrar que o objetivo dos Estados Unidos na América Latina consistiu e consiste na vigilância preventiva de controle hemisférico unilateral, mantendo o domínio geoestratégico a fim de deter potências competidoras regionais através de mecanismos políticos, militares e econômicos na promoção de uma pretensa paz, democracia e livres mercados. (ANDERSON, 2015, p.153)

O preâmbulo da política hemisférica estadunidense

Segundo destacam Spykman (COSTA, 1991, p.172), (MELLO, 1999, p.94) e Trias (1969, p.36), desde a constituição dos Estados Unidos como país independente da Inglaterra, em 1776, se alternam períodos da clássica oposição entre isolacionismo e intervencionismo sobre a política externa norte-americana.

Os isolacionistas afirmavam que o país deveria adotar uma política de ‘esplêndido isolamento’ em relação ao mundo exterior e opunham-se a um maior envolvimento americano nos assuntos extracontinentais, especialmente nas querelas políticas europeias. Ao contrário, os intervencionistas advogavam a necessidade de uma ação direta americana, se alterações do equilíbrio de poder mundial colocassem em perigo a segurança e os interesses do país, a exemplo da intervenção militar na Primeira Grande Guerra. (MELLO, 1999, p.94)

Entretanto, no que tange a América Latina, Spykman afirma que “os países da América Latina já concluíram há muito tempo, isto é, que aos seus olhos a política externa dos EUA, desde Monroe, sempre foi intervencionista” (COSTA, 1991, p.172). Assim, a partir do momento em que os Estados Unidos despontaram como potência regional capaz de disputar o território das Américas com os europeus, sua história no mundo se orientou pelas linhas gerais marcadas pelo presidente James Monroe (1817-1825), que no dia 2 de dezembro de 1823 enviou ao Congresso norte-americano a famosa mensagem que expõe sua doutrina. (MONROE DOCTRINE, 1823).

Seu verdadeiro criador, entretanto, foi seu secretário de Estado – e posterior presidente – John Quincy Adams, em que “a Doutrina Monroe estabeleceu como principio a conhecida fórmula de ‘América para os americanos’, o que realmente significa para os (norte) americanos, porque servia a seus inte-

resses¹.” (BORON, 2013, p.64) Assim, os Estados Unidos assentavam suas reais pretensões no hemisfério ocidental contra as pretensões hegemônicas das potências europeias; coube a América Latina ser a destinatária da primeira doutrina de política externa elaborada pelos Estados Unidos que, com suas adaptações e atualizações, orienta a conduta norte-americana até a atualidade.

Os princípios da Doutrina Monroe salientam o início da projeção de poder dos Estados Unidos em sua área de influência direta, a América Latina, em que “os continentes americanos, pela condição livre e independente alcançada e mantida, não devem ser considerados como um objeto de futura colonização por potências européias²” “e onde” qualquer tentativa por eles para estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério seria considerado por nós como perigoso para a nossa paz e segurança³”. (TRIAS, 1969, p.39) Em outros termos, como afirma Ceceña (2006, p.582-583), os estrategistas e formuladores da política externa estadunidense da época estavam “obrigados a considerar todo intento de (Europa para) estender seu sistema a qualquer nação deste hemisfério, como perigo para nossa paz e segurança (...) como manifestação de uma disposição hostil aos Estados Unidos.”

A complexidade da formulação da Doutrina Monroe como projeto geopolítico é iminente, a partir do momento em que se ajusta a realidade norte-americana do início do século XIX de expansão e crescente influência no continente americano. Em realidade, como afirma Costa (1992, p.66), a Doutrina Monroe significaria, antes de tudo, “uma autêntica autoproclamação de ‘direitos naturais’ de uma ‘jovem potência’ que emergia do outro lado do Atlântico, para o livre exercício de sua política de expansão nesta parte do globo.” (COSTA, 1992, p.66)

Ao longo de todo o século XIX, a política externa norte-americana para a América Latina foi embasada por essa doutrina que, durante a segunda metade do século XIX, assume novos rumos que caracterizariam o país como potência mundial. Assim, iniciou-se a sua expansão para além dos seus territórios contíguos, começando desde a anexação da Flórida, em 1819, até a conquista da Califórnia pela posse dos territórios mexicanos em 1848. Ainda, adquire da Rússia o Alasca, em 1867; instala a base naval de Pearl Harbor no Havaí (1877), anexando-o em 1898; confronta-se com a Inglaterra nas disputas fronteiriças da Guiana Inglesa com a Venezuela (1895); entra em guerra com a Espanha sob o pretexto de auxiliar Cuba em sua luta pela independência (1898), acabando por transformar a ilha em seu protetorado e entreposto fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e para a defesa do canal que projetava abrir no istmo do Panamá havia quase cinquenta anos. Além disso, ao terminar a guerra e vencida a Espanha, passam para o seu domínio, além de Cuba e Porto Rico no Caribe, Tutuila, no arquipélago de Samoa, e Guam, ao sul do Pacífico. (BANDEIRA, 2014, p.770) Com essas ações, os EUA assumiam plenamente o seu caráter imperialista (COSTA, 1992, p.67), como afirma Bandeira (2014, p.765):

e em 1898, os Estados Unidos, sob a presidência de William McKinley (1897-1901), assumiram a condição de país imperialista, equiparando-se às potências da Europa, ao entrar em guerra contra a Espanha, sob o pretexto de defender a independência de Cuba, mas com o objetivo de conquistar-lhe o espólio colonial, tanto no Caribe como no Pacífico.

Todas essas anexações possuem um significado além de objetivos territoriais: uma busca moral e política. Na metade do século XIX, surge o slogan da Doutrina do Destino Manifesto, com o jornalista

1 “La Doctrina Monroe estableció como principio la conocida fórmula de ‘América para los americanos’, que en realidad quiere decir para los (norte) americanos, porque ello convenía a sus intereses.”

2 “Los continentes americanos, gracias a la libre e independencia condición por ello alcanzada y conservada, no deben ser considerados ya como objeto de futuras colonizaciones por parte de potencias europeas.”

3 “Cualquier tentativa de ellas para extender su sistema a cualquier porción de nuestro hemisferio sería considerada por nosotros como peligrosa para nuestra paz y seguridad.”

John O’Sullivan (OSULLIVAN, 1839), que pleiteava que os Estados Unidos seriam o povo eleito por Deus para civilizar, cobrir e possuir o continente americano, justificando seu ímpeto expansionista a partir de uma vocação divina para com as nações do mundo em favor da liberdade.

“Esta grande pressão de um povo que se desloca sempre para novas fronteiras, em busca de novas terras, novo poder, a plena liberdade de um mundo virgem, governou nosso curso e formou nossas políticas como um Destino.”⁴, assim o presidente Woodrow Wilson explicou a expansão dos Estados Unidos, seu destino manifesto⁵, que implicava a anexação de toda as terras adjacentes, cumprindo a virtual e inevitável missão moral delegada por Deus. (BANDEIRA, 2014, p.51)

No final do século XIX, a Doutrina Monroe foi rejuvenescida por Theodore Roosevelt (1901-1909) com um corolário (ROOSEVELT, 1904), “mediante o qual racionalizou o direito de intervir em outros Estados latino-americanos, sobretudo na América Central e no Caribe”. (BANDEIRA, 2009, p.47), em discurso ao Congresso norte-americano, afirmando que

ao estabelecer que se um país das Américas ameaçasse ou atacasse a propriedade de cidadãos ou empresas dos Estados Unidos, ou limitasse os seus direitos, Washington seria forçado a intervir nos assuntos internos do país em questão para restaurar a ordem e o Estado de direito. Assim nasceu a política do “grande porrete”⁶ (BORON, 2013, p.65)

Esta doutrina, sintetizada no lema “a América para os americanos” e na política externa do *Big Stick*, passou a ser a ideologia utilizada para objetivos estratégicos,

que consistia em manter sua hegemonia sobre todo o Hemisfério Ocidental, conquistar e assegurar as fontes de matéria-prima e os mercados da América do Sul para as suas manufaturas, alijando do subcontinente a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa. (BANDEIRA, 2009, p.47)

Assim, com a política externa do *Big Stick* – “fale macio, mas carregue um grande porrete” –, o poderio econômico-militar dos EUA tornara-se um novo e decisivo fator no frágil equilíbrio de poder mundial. (COSTA, 1992, p.68) A própria abertura do Canal do Panamá pode ser interpretada como uma das políticas do *Big Stick* aplicada aos países centro-americanos e caribenhos.

Em outros termos, os dois mandatos de Roosevelt configuraram uma primeira presidência imperial (BANDEIRA, 2014, p.54-55), uma vez que foi manifesta a convicção de instaurar uma hegemonia em seu hemisfério com justificativa para a segurança dos Estados Unidos. Desta feita, sobrepujou sua esfera de influência no Caribe e na América Central e transformou a sua marinha na segunda mais poderosa do mundo, iniciando seu desenvolvimento atrelado ao militarismo. “Os anos 90 do século XIX marcaram decisivamente a política exterior dos Estados Unidos. A política de expansão refletiu seu desenvolvimento econômico. E o militarismo constituiu o elemento indispensável à construção do Império” (BANDEIRA, 2014, p.51),

4 “This great pressure of a people moving always to new frontiers, in search of new lands, new power, the full freedom of a virgin world, has ruled our course and formed our policies like a Fate.”

5 Manifest destiny.

6 “Al establecer que si un país de las Américas amenazaba o atacaba la propiedad de ciudadanos o empresas estadounidenses, o cercenaba sus derechos, Washington se vería obligado a intervenir en los asuntos internos del país en cuestión para restablecer el orden y el imperio de la ley. Nace así la política del ‘gran garrote.’”

estabelecendo-se como “o meio privilegiado de realização do excedente econômico, *i.e.*, de acumulação de capital, fundamental ao seu crescimento e à sua expansão.” (BANDEIRA, 2014, p.211-212)

Consolidação da zona geoestratégica no século XX

Desde o início do século XX, a indústria bélica consistia no imperativo fundamental para o desenvolvimento da economia dos Estados Unidos, numa associação entre militares e industriais, “forjando um clima de ameaças, um ambiente de medo, de modo a compelir o Congresso a aprovar vultosos recursos para o Pentágono e para outros órgãos vinculados à defesa.” (BANDEIRA, 2014, p.211-212) Tal estrutura reflete diretamente na sua atuação na América Latina, no qual as Américas constituíam a única região do mundo onde não houve pujante rivalidade entre as grandes potências, evitando desafiar a Doutrina Monroe.

Outro fato importante é que, na virada do século, a política externa norte-americana sofre grande influência do chamado Poder Marítimo, de Alfred Mahan, racionalizando a construção do poder naval dos Estados Unidos, que “tornou-se a bíblia dos defensores do destino manifesto estadunidense e dos partidários da política de expansão do poderio naval norte-americano.” (MELLO, 1999, p.15) Para o almirante, “a grandeza de uma nação dependia de seu comércio no além-mar, o comércio no além-mar dependia de poder marítimo, e o poder marítimo, da existência de colônias.” (BANDEIRA, 2014, p.770)

A partir da influência e supremacia do poder naval inglês no mundo, salienta a necessidade dos Estados Unidos intensificarem seu poder marítimo caso almejassem o posto de grande potência mundial, auxiliando o processo de expansão imperial. Assim, constata que, uma vez que possuem duas frentes oceânicas – o Atlântico e o Pacífico –, haveria a necessidade da capacidade de mobilidade e articulação, de concentrar toda sua frota em um único ponto. Entretanto, caso houvesse a necessidade de uma frota naval da outra vertente oceânica, a rapidez do traslado seria um fator essencial. (BANDEIRA, 2009, p.45-46)

A partir dessas premissas, Mahan deduziu a necessidade de construir um canal na América Central para facilitar o tráfego comercial e assegurar, em caso de conflito, o traslado da Marinha americana de uma costa à outra, uma vez que a travessia através do Estreito de Magalhães era, naquela época, mais de 60 dias de navegação.⁷ (BORON, 2013, p.82-83)

Ou seja, os conceitos de Mahan sustentaram e possibilitaram a abertura do Canal do Panamá (TRIAS, 1969, p.47) em que, em 1903, os Estados Unidos auxiliam a revolução no Panamá a fim de separar a região do istmo da Colômbia e ensejar, assim, a imediata assinatura e construção do canal, cuja inauguração foi realizada em agosto de 1914. Desta forma, o absoluto domínio do Golfo do México e do mar das Antilhas, o “Mediterrâneo Americano”, seria de crucial importância para a segurança desta área decisiva e assegurar a conexão e a junção das frotas do Atlântico e do Pacífico. (TRIAS, 1969, p.47-48) No plano geopolítico e estratégico, a construção de um canal interoceânico na cintura do continente americano transformou os Estados Unidos numa grande potência marítima – em termos de marinha mercante e de guerra – e insular: a ilha-continente do hemisfério ocidental (MELLO, 1999, p.15), cal-

7 “A partir de las premisas, Mahan dedujo la necesidad de construir un canal en el istmo centroamericano para facilitar el tráfico comercial y garantizar, en caso de conflictos, el traslado de la flota de guerra estadounidense de una costa a la otra, dado que la travesía por el Estrecho de Magallanes insumía, en esa época, más de sesenta días de navegación.”

cando as bases para a consolidação da hegemonia estadunidense no hemisfério norte ocidental.

Ainda neste processo, tem-se a instalação de “semi-protetorados” em Santo Domingo (janeiro de 1905), assim como na Nicarágua e Haiti. (TRIAS, 1969, p.43)

Como forma de garantir a defesa do futuro canal, Mahan recomendou que antes de construí-lo os Estados Unidos deveriam adquirir o Havaí e controlar militarmente quatro rotas marítimas caribenhas a noroeste do canal: o Canal de Yucatã (entre Cuba e México); o Canal de Barlavento (a principal rota norte-americano de acesso para o canal entre Cuba e Haiti); o Canal de Mona (entre Porto Rico e República Dominicana) e o Canal de Anegada (perto de St. Thomas, nas águas orientais de Porto Rico). Mahan recomendou às elites norte-americanas a construção de bases navais nestas áreas como um prelúdio para a construção de um canal e como passo indispensável para transformar os Estados Unidos em uma superpotência.⁸ (BORON, 2013, p.82-83)

Logo, Mahan se apresenta no início do século XX como o geopolítico estadunidense de maior influência para a projeção de poder dos Estados Unidos a partir do poder marítimo, numa época em que a Inglaterra ainda é o epicentro da economia capitalista mundial. Decorrente deste fato se encontra a inspiração para que os Estados Unidos almejasse destino similar, o que não foi ignorado pela sua política exterior, principalmente no que tange a América Latina, em que a conquista de Porto Rico e das Filipinas, assim como a instauração do protetorado sobre Cuba, consolidaram o poder marítimo ianque no Caribe e no Pacífico. Em outros termos, se estabelece como política externa para a América Latina o intervencionismo como medida de manutenção do *status quo* dos Estados Unidos na região e de sua inquestionável superioridade, já no começo do século XX, do ponto de vista econômico, ideológico e militar.

Assim como Mahan no início do século XX, Nicholas Spykman foi outro grande geopolítico norte-americano que influenciou diretamente as ações da política externa e da geoestratégia dos Estados Unidos. Este autor – influenciado pelo realismo nas relações internacionais, pelo intervencionismo na política externa americana e que escreve ao longo da Segunda Guerra Mundial – visualiza a centralidade do papel da emergente potência mundial num sistema internacional anárquico e belicoso. “Por isso, no estudo da política de segurança dos Estados Unidos, o autor considera esse país como se estivesse colocado no centro do mundo e examina a situação relativa das demais massas continentais em função desse ponto de vista.” (TOSTA, 1984, p.73)

Como as nações do mundo se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento, as mais desenvolvidas buscam a manutenção do *status quo*, enquanto que as demais nações desejam sua modificação. Neste quadro, a política dos Estados Unidos no hemisfério Ocidental é de manutenção de sua hegemonia sobre toda a extensão da América, em que “os Estados Unidos dominam completamente o mediterrâneo americano e podem exercer efetiva pressão sobre a parte setentrional da América do Sul.” (TOSTA, 1984, p.80) Ou seja, essa região de controle norte-americano abarcaria o espaço intercontinental que se estende do Alasca até a Patagônia, do Atlântico ao Pacífico, que seria regida pelo Estado que possuísse maior poderio industrial, financeiro e militar, gerenciando uma economia auto-suficiente, do ponto de vista de matérias-primas e recursos minerais, e integrada regionalmente.

8 Como un manera de asegurar la defensa del futuro canal, Mahan recomendó que antes de construirlo Estados Unidos debía adquirir Hawaii y controlar militarmente cuatro rutas marítimas caribeñas al noroeste del canal: el paso de Yucatán (entre Cuba y México); el Paso de los Vientos (la principal ruta norteamericana de acceso al canal entre Cuba y Haití); el Paso de la Mona (entre Puerto Rico y la República Dominicana) y el paso de Anegada (cerca de St. Thomas, en las aguas orientales de Puerto Rico). Mahan recomendó a las elites norteamericanas la construcción de bases navales en estas zonas como paso previo a la construcción de un canal y como paso indispensable para transformar a los Estados Unidos en una superpotencia.

Esta etapa no controle imperial dos Estados Unidos no sistema internacional deveria, portanto, submeter todo o hemisfério à sua regência:

Entretanto, nenhum dos Estados americanos aceitaria realizar de bom grado as mudanças imprescindíveis para criar essa economia de tipo regional. Só se poderia atingir essa meta seguindo o mesmo procedimento que agora se emprega para reformar as economias nacionais da Europa dentro da Grande Esfera de Comum Prosperidade da Grande Alemanha. Unicamente a conquista do hemisfério pelos Estados Unidos e a implacável destruição das economias regionais agora existentes poderia realizar a integração necessária. (SPYKMAN apud MELLO, 1999, p.114)

Em suma, a partir dos condicionamentos geográficos, Spykman projetou as normas para a estratégia norte-americana na política mundial do pós-guerra, que “eloquentemente se manifesta em seu ambicioso sistema de hegemonia global em que a União move as peças principais do equilíbrio de poder.”⁹ (TRIAS, 1969, p.74) Neste cenário, os EUA deveriam manter uma hegemonia incontestável, única e não-compartilhada no hemisfério americano, cujo perímetro de segurança abrangia o hemisfério ocidental e o Mediterrâneo americano, exercendo sua esfera de influência na região da América do Sul.

Uma nova etapa da política externa norte-americana é inaugurada a partir da Segunda Guerra Mundial, “época que significa uma profunda mudança qualitativa na mesma e à superação definitiva e irreversível da disputa entre isolacionismo e intervencionismo.”¹⁰ (TRIAS, 1969, p.56) Esta nova etapa possui um fator inédito nas relações internacionais estadunidenses: não somente há um projeto para a América Latina, como este é ampliado para um global, em que se encontram variadas esferas de influência dos EUA em todos os continentes.

Nos anos críticos de 1945-47, há uma passagem que liga a atmosfera interna e as operações externas em uma única frente: do New Deal para a Doutrina Truman. (ANDERSON, 2015, p.39) A partir dessa nova política nacional, os Estados Unidos iniciavam a prerrogativa de interferir em qualquer parte do globo a partir do discurso sobre os perigos do comunismo e a necessidade de sua contenção para a segurança nacional (TRUMAN, 1947). Na América Latina, foi utilizado para combater, principalmente, o movimento de guerrilhas, e instaurar governos militares alinhados aos seus interesses globais, a partir da doutrina das fronteiras ideológicas, que refletia uma convergência para a internacionalização, “ao exprimir e racionalizar os interesses do ultraimperialismo, geridos, principalmente, pelos Estados Unidos, cujos capitais, desbordando os estreitos limites dos Estados nacionais, espriavam-se por todo o sistema capitalista.” (BANDEIRA, 2014, p.272)

Com a vitória na Segunda Guerra Mundial e único país não afetado diretamente com os espólios da guerra, os Estados Unidos, ainda que apontassem para uma era de paz apoiada na segurança coletiva da ONU, não renunciaram à hegemonia na América Latina. De modo similar ao que fizeram na Liga das Nações, evitaram que se exercesse diretamente qualquer influência nas questões do Hemisfério Ocidental, a partir do Art. 52 da Carta de São Francisco (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945), reafirmando a doutrina Monroe. (BANDEIRA, 2009, p.50)

O ponto nevrálgico desta nova configuração é o estabelecimento do Sistema de *Bretton Woods*, onde foram estabelecidos os parâmetros de gestão econômica internacional para as relações econômicas e financeiras, em 1944. A partir deste momento, tem-se a criação de uma série de instituições que estabelecem a primazia dos Estados Unidos como pólo centralizador e polarizador da arquitetura financeira mundial. Dentre eles, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano para Reconstrução e

9 “Se manifiesta elocuentemente en su ambicioso sistema de hegemonía mundial, donde la Unión mueve las principales piezas del equilibrio de poderes.”

10 “Época que significa un profundo cambio cualitativo en la misma y la superación definitiva e irreversible de la disputa aislacionismo y intervencionismo.”

Desenvolvimento (BIRD), ambos em 1944; o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT), em 1947; a Organização das Nações Unidas (1945) e seu Conselho de Segurança (1946); o plano de reconstrução da Europa em 1947 (Plano Marshall); e o estabelecimento do padrão dólar-ouro.

Ainda, no plano político-militar, a organização mais representativa foi a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949. No âmbito latino-americano, tem-se a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, e a Junta Interamericana de Defesa (JID), em 1942. Em 1947, criou-se no governo Truman (1945-1953) a CIA (*Central Intelligence Agency*), como agência que substituiu a *Office of Strategic Services* (OSS). A princípio, consistia numa agência de coleta de inteligência, mas que ao longo do tempo vem articulando, financiando e sustentando - através de técnicas de subversão, ações encobertas (*covert actions*¹¹), penetrações políticas (*penetrations*), guerras psicológicas e paramilitares - ingerências internas, golpes de Estado e até mesmo práticas terroristas como instrumento de política exterior dos Estados Unidos. (AGEE, 1975)

Esta nova arquitetura do capitalismo mundial consiste numa política integral que abarca o econômico, o político e o militar e que implica, definitivamente, na superação da política externa isolacionista outrora presente e que busca uma integração planetária do capitalismo como meta principal. Ainda, no contexto da Guerra Fria, surge a estratégia de combate à ideologia comunista.

Esta batalha será de fundamental importância para o entendimento da ação estadunidense na América Latina no pós-segunda guerra. No contexto específico da geopolítica norte-americana relacionada à América Latina neste período, firmou-se um compromisso estabelecendo que um ataque armado por parte de qualquer Estado contra um Estado americano seria considerado como um ataque contra todos os Estados americanos. (BANDEIRA, 2009, p.50) Conhecido também como Pacto ou Tratado do Rio de Janeiro (INTER-AMERICAN TREATY OF RECIPROCAL ASSISTANCE, 1947), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi firmado em 2 de setembro de 1947. Ele instaurou as bases do sistema americano de segurança, obtendo a garantia estratégico-militar que buscavam para o continente, a “zona de segurança do hemisfério entre o Pólo Norte até o extremo sul da Patagônia” (BANDEIRA, 2009, p.50) conjuntamente com a Junta Interamericana de Defesa (JID) e pela Organização dos Estados Americano (OEA).

Esses três elementos conformam a principal estrutura de segurança do hemisfério, surgida a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e da necessidade de enfrentar o reordenamento internacional, no contexto da Guerra Fria. O TIAR representou o primeiro pacto de segurança do pós-guerra para a defesa coletiva de vários países e, nesse sentido, é considerado base conceitual da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), constituída em 1949.

Como dito anteriormente, a batalha contra o comunismo foi a pedra angular de uma estratégia de dominação mundial perpetrado pelos EUA na Guerra Fria. Na busca da contenção do “perigo vermelho”, definiu-se uma política continental que se anunciava como uma Aliança para o Progresso. “Um plano de dez anos entre os ‘governos livres’ do continente – entre os quais evidentemente não estava o de Cuba –, que trabalharia para ‘eliminar a tirania do hemisfério’” (CECENÁ, 2006, p.586), idealizado como proposta inicial em discurso de John F. Kennedy (1961-1963) a embaixadores latino-americanos (KENNEDY, 1961). “Ele e sua equipe consideravam os países do chamado Terceiro Mundo a linha de defesa contra o avanço da União Soviética, e a América Latina como a ‘área mais crítica’¹² e a ‘área mais perigosa do mundo’¹³. (BANDEIRA, 2014, p.221)

O apoio a regimes democrático-burgueses e a revitalização de ditaduras pró-Estados Unidos, que destoassem claramente de uma ideologia comunista alinhada a União Soviética, foi realizado ao lon-

11 As ações encobertas (*covert actions*) constituíram um modo de intervir nos assuntos internos de outras nações. A execução de tais atividades cabia a empregados e mercenários, estrangeiros e/ou americanos, contratados pela CIA. Ensinavam métodos de tortura, denominados eufemisticamente de “*coercive counterintelligence interrogation of resistant sources*”, de acordo com o manual “*KUBARK Counterintelligence Interrogation*, de Julho de 1963.

12 “Most critical area”.

13 “Most dangerous area in the world”.

go da Guerra Fria. Tal critério fora explicitado no discurso do presidente Lyndon Johnson (1963-1969) a fim de justificar a intervenção na República Dominicana, que ficou conhecida como Doutrina Johnson (JOHNSON, 1965). “Em suma, a União não pode permitir que uma nova Cuba em seu reduto meridional e para isso não só está disposto a apoiar quem quer que seja, mas para golpear diretamente, seja o que diz a Carta da OEA.”¹⁴(TRIAS, 1969, p.163)

Assim, a América do Sul, cenário de lutas guerrilheiras e de insurreições populares ao longo dos anos 60-80, foi a principal área de atuação geopolítica de contenção do comunismo na região. O ciclo revolucionário foi assim seguido ou acompanhado por um ciclo repressivo que depôs presidentes, sustentou ditaduras militares (e algumas civis) e terminou por derrotar as forças contrárias, usando os recursos da USAID e as habilidades da CIA. Sua maior expressão no continente foi a Operação Condor, no qual os serviços de inteligência do Chile, da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai criaram um sistema computadorizado, com o codinome Condor, e acordaram estabelecer uma rede internacional de comunicações, ações conjuntas de coordenação de repressão visando eliminar os adversários dos regimes ditatoriais existentes no Cone Sul (BANDEIRA, 2014, p.368), inaugurando “um novo sistema de inteligência multinacional, baseado na tortura e no desaparecimento dos militantes presos, completamente inescrupuloso e violador dos direitos humanos.” (CECENÑA, 2006, p.588)

Este quadro de repressão militar financiado pelos EUA foi amplamente disseminado na América Latina até meados dos anos 1980, quando um novo contexto internacional emerge e modifica a orientação estratégica estadunidense. Esta nova etapa do capitalismo contemporâneo é iniciada com a iniciativa da globalização neoliberal preconizada pelo Consenso de Washington, em que o eixo fundamental deste processo de acumulação seria a financerização da economia, através da disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, taxas de juros positivas, taxas de câmbio flutuantes, liberalização do comércio, fim das restrições aos investimentos estrangeiros, privatização das empresas públicas, desregulamentação das atividades econômicas e garantia dos direitos privados.

As medidas recomendadas pelo que se convencionou chamar de *Washington Consensus* [...] se tornaram, porém, a condição fundamental para que os países tanto do Sul (América Latina, África e Ásia) quanto do Leste Europeu pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer assistência ou recurso do FMI e do Banco Mundial [...] Passaram então a modelar a nova ordem econômica mundial, ditando aos países devedores as medidas estabelecidas pelo *Washington Consensus*, e através da condicionalidade solaparam significativamente a soberania nacional dos países da América Latina. (BANDEIRA, 2014, p.516-517)

No contexto latino-americano, a onda neoliberalizante significou a perda da autonomia na gestão econômica dos governos nacionais a partir dos impulsos às reformas de liberalização econômica pró-mercado, que perderam significativa capacidade de controlar sua economia e formular políticas de acordo com sua específica realidade social. Da mesma forma, o tema da integração ressurgiu em larga escala no mundo inteiro, e de forma mais intensa na América Latina, em que os Estados Unidos buscaram reforçar uma base territorial continental pela integração econômica subordinada à sua economia.

Em 1990, a “Iniciativa para as Américas” tinha o objetivo declarado da criação de uma zona de livre comércio que se estendesse “do porto de Anchorage à Patagônia”. O primeiro passo seria o estabelecimento de uma zona de livre comércio que incluísse o Canadá, os Estados Unidos e o México – o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) –, com ambições de englobar toda a América Latina em data

14 “En resumen, la Unión no puede permitir una nueva Cuba en su reduto meridional y para ello no sólo está dispuesta a apoyar a los cuarteles adictos, sino a golpear directamente, diga lo que diga la Carta de la OEA.”

futura. Fato este que foi confirmado com a iniciativa da ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, proposto por Bill Clinton (1993-2001), na Cúpula das Américas. Consistia num projeto de criação de um território econômico comum nos moldes estadunidenses, que faria com que “as decisões tomadas em Washington – no campo da política monetária e fiscal – tivessem um impacto maior do que têm hoje sobre a atividade econômica em toda a área.” (GUIMARÃES, 2002, p.133)

Conforme o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães sustentou, a ALCA representava parte da estratégia de manutenção da hegemonia econômica e política dos Estados sobre a América do Sul, porquanto, muito mais do que uma tradicional área de livre comércio, ela, se implantada, envolveria compromissos internacionais nas áreas do comércio de bens e serviços, de investimentos diretos, de compras governamentais, de patentes industriais, de normas técnicas e, muito provavelmente, de meio ambiente e padrões trabalhistas. Seu propósito central consistia em criar um conjunto de regras, afim de incorporar os países da América do Sul, sobretudo o Brasil, ao espaço econômico (e ao sistema político) dos Estados Unidos, de forma assimétrica e subordinada, limitando sua capacidade de formular e executar política econômica própria. (BANDEIRA, 2009, p.53)

Em suma, a história do século XX estadunidense, tanto no sistema internacional como em sua zona geoestratégica imediata, foi o triunfo da tríade de paz, democracia e livres mercados (ANDERSON, 2015, p.153), no qual a aparente unipolaridade com o fim da Guerra Fria reverbera no Projeto para o Novo Século Americano (PNAC), *think tank* neoconservador americano estabelecido em Washington entre 1997 e 2006, que exerceu forte influência no governo de George W. Bush (2001-2009), principalmente no desenvolvimento da indústria militar e na política externa.

Hegemonia para um “novo século americano”

O próprio projeto da ALCA se enquadra no contexto do Projeto para o Novo Século Americano, sendo considerado a maior tentativa estadunidense de efetivar a América Latina como sua zona geoestratégica, uma vez que a proposta de integração regional ocultava objetivos geopolíticos, com respeito “à segurança continental, mediante o fortalecimento das instituições democráticas e combate ao narcotráfico e ao terrorismo.” (BANDEIRA, 2009, p.52)

Entretanto, o projeto não foi viabilizado, em grande medida devido a posição contrária de diversos governos e de movimentos sociais da região, findadas as negociações em Mar Del Plata (2005). Apesar de ter sido derrotado seu grande projeto estratégico para a América Latina no século XXI, os Estados Unidos realizam uma sucessão de medidas que, no fundo, almejam a consolidação de sua influência por todo o território americano. Essas ações se realizam através da influência e proeminência do regionalismo aberto¹⁵ e das assinaturas de Tratados de Livre-Comércio (TLC's) com diversos países da região.

15 Nesta perspectiva, o sentido geopolítico do regionalismo aberto na integração da América Latina seria a formação de blocos para fortalecer as negociações de acordos multilaterais em favor do livre comércio global, obtendo ganhos na comercialização dos bens em que possuem vantagens comparativas, seguindo a lógica economicista de liberalização e atração de fluxos de investimento direto estrangeiro de países mais desenvolvidos que promoveriam o desenvolvimento e a convergência dos países do Sul de acordo com seus princípios de livre mercado concorrencial, não modificando dessa maneira a estrutura da inserção latino-americana no sistema internacional num sentido geoestratégico.

Acordos do tipo TLC's corroboram e intensificam a histórica reprodução das economias latino-americanas de baixo valor agregado e pautado em recursos primários, uma vez que o intercâmbio desigual é acelerado e inviabiliza, direta ou indiretamente, a construção de um parque industrial-tecnológico e militar. Com o fim da ALCA, os Estados Unidos passam a adotar uma nova estratégia a partir dos TLC's, que envolvem maior poder de barganha assimétrica, com maior facilidade de realização de acordos bilaterais do que multilaterais, incluindo ainda conteúdos que vão além da esfera comercial; e da criação da Aliança do Pacífico, com o propósito de avançar progressivamente no objetivo de alcançar a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre seus membros e que, apesar de não ser um tratado firmado pelos Estados Unidos, possui seu apoio.

Como observado em uma nota recente de Raul Zibechi, esse pacto tem o objetivo de reavivar os objetivos da extinta ALCA com base nos Tratados de Livre Comércio (TLC's) que os EUA assinaram com os membros do Acordo. Na verdade, é um pacto contra o MERCOSUL e a integração regional, e de maneira mais explícita contra o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, que, infelizmente, favorece os planos de seus inimigos ao avançar muito lentamente. É também uma maneira de frear o Brasil e suas aspirações para se tornar um player global.¹⁶(BORON, 2013, p.168)

No século XXI, os Estados Unidos continuam a implementar uma estratégia de dominação contra a presença da Rússia e, mais recentemente, da China, na Eurásia e no Oriente Médio. Como afirma Luiz Alberto Moniz Bandeira em seu último livro, "A Segunda Guerra Fria", a peleja não se alimenta da ideologia, mas de interesses estratégicos dos EUA, Rússia e China, onde a Guerra Fria continua em uma etapa histórica superior, como demonstram os acontecimentos na Ucrânia, na Síria e nos demais países do Oriente Médio. Apesar de em termos geoestratégicos os maiores focos de tensão da "Segunda Guerra Fria" se concentrarem na Eurásia, assim como na Guerra Fria de 1945-1991, essa rivalidade geopolítica transcende as barreiras geográficas e engloba todo o sistema internacional.

Um exemplo esclarecedor no contexto latino-americano foi a reativação da IV Frota no Atlântico Sul, logo após as descobertas das imensas reservas de petróleo do pré-sal brasileiro. Assim, com a perspectiva de que a região se torne um dos grandes centros produtores de petróleo, a América do Sul se insere na disputa em torno de energia e de recursos naturais, "onde a penetração dos Estados Unidos sempre constituiu um fator de instabilidade e inquietação." (BANDEIRA, 2009, p.75)

Os EUA vem buscando criar "um único ecúmeno comercial do Atlântico ao Pacífico, cujo centro se localizaria na América do Norte." (ANDERSON, 2015, p.219) O *Trans Pacific Partnership* (TPP), acordo assinado em 2015 pelos Estados Unidos com outros países do mundo pertencentes a Bacia do Pacífico, é o exemplo mais elucidativo para a garantia através de negociações e normas multilaterais desse processo. Da mesma maneira, a estratégia estadunidense busca ampliar sua estratégia global através do *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) e do *Trade in Service Agreement* (TISA), acordos ainda em andamento.

O TPP¹⁷ é o maior acordo regional na história e pedra angular da política econômica do governo Obama (2009-2017) na Ásia-Pacífico, a fim de impulsionar o crescimento econômico dos EUA e apoiar a criação e manutenção de emprego e renda nos EUA, além de conter a projeção da China na região da

16 "Tal como observa en una nota reciente Raúl Zibechi, ese pacto "pretende revivir los objetivos de la extinta ALCA con base en los Tratados de Libre Comercio (TLC) que Estados Unidos tiene firmados con los miembros del Acuerdo. En realidad se trata de un pacto contra el Mercosur y la integración regional, e de modo más explícito contra el Consejo de Defensa Suramericano de la Unasur, que, lamentablemente, favorece los planes de sus enemigos al avanzar con mucha lentitud. Es también un modo de frenar a Brasil y sus aspiraciones de convertirse en un jugador global."

17 <https://ustr.gov/tpp/>

Ásia-Pacífico e na América Latina. As suas economias combinadas são responsáveis por 40% do PIB mundial, 25% das importações mundiais, 30% das exportações mundiais e 11% da população mundial, com 800 milhões de habitantes, abrangendo cinco países latino-americanos (Chile, Estados Unidos, México, Peru e Canadá), cinco países da Ásia (Japão, Brunei, Cingapura, Vietnã e Malásia) e dois da Oceania (Nova Zelândia e Austrália). Este acordo de livre comércio, negociado a portas fechadas e com cláusulas de confidencialidade, tem por objetivo reduzir as barreiras comerciais, maior acesso a mercados, estabelecer um quadro comum para a propriedade intelectual, regras de origem, defesa comercial, compras públicas, serviços, investimentos, comércio eletrônico, telecomunicações, regras do direito do trabalho e direito ambiental, coerência regulatória e estabelecer um mecanismo de resolução de litígios entre investidor-Estado.

O TTP é alvo de críticas tanto na sociedade civil norte-americana¹⁸ como dos demais países signatários, uma vez que os acordos foram realizados de maneira confidencial e possuem diversas externalidades negativas, como a possível queda dos empregos dentro dos Estados Unidos e a massiva entrada de produtos estadunidenses nos demais países, por vezes destruindo a sua já incipiente indústria nacional de médio-alto valor agregado. Dentre as inúmeras controvérsias resultantes da assinatura deste acordo pelos países membros, três se destacam pela perda de soberania que acarretará aos países de menor poder político e econômico: no que se refere a propriedade intelectual, estabelece sistema de responsabilidade para os prestadores de serviços de Internet, permitindo que os provedores de serviço determinem unilateralmente quando se está infringindo a propriedade intelectual e limitando, assim, a privacidade na Internet; no tocante aos investimentos, consolida o sistema investidor-Estado, permitindo que empresas multinacionais demandem e obtenham dos governos indenização quando haja mudanças nas leis que prejudiquem seus lucros futuros; e quanto ao acesso a medicamentos, através da proteção de dados, as empresas farmacêuticas manterão direito de fórmula, bloqueando a entrada de medicamentos genéricos - e mais baratos - ao mercado.

O TTIP¹⁹ é uma proposta de acordo de livre comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos, agregando 28 países, com aproximadamente 60% do PIB mundial, 33% do comércio mundial e 42% do comércio mundial de serviços.²⁰ O tratado busca aumentar o volume de exportações e importações entre o bloco e os EUA, além de intensificar os investimentos e determinar mais facilmente a procedência dos produtos, reduzindo custos através da regulação/equalização de regras, buscando reduzir as barreiras comerciais como direitos aduaneiros, burocracia, restrições ao investimento e remoção de tarifas. Entretanto, o acordo prevê um golpe às políticas sociais e ambientais^{21,22}: os Estados deverão atuar em base às considerações comerciais; contempla a criação de um *Investment Court System* (ICS), tribunal privado que outorga as multinacionais o direito a demandar aos Estados quando consideram que as leis são obstáculos ao comércio; tentativa de ressuscitar a ACTA (*Anti-Counterfeiting Trade Agreement*), culminando numa violação da privacidade e liberdade de expressão; problemáticas referentes a segurança alimentar, como a autorização dos Organismos Geneticamente Modificados e utilização de hormônios de crescimento na carne; liberalização e desregulamentação dos serviços financeiros, com maior participação do setor financeiro no processo legislativo; aumento da duração das patentes dos medicamentos, impossibilitando a venda de genéricos a preços mais acessíveis, assim como serviços de emergência poderão ser privatizados e, assim, destruindo o NHS (*National Health System*) europeu; diminuição dos padrões de proteção ambiental, como a autorização da exploração de gás de xisto (*fracking*), proibido na Europa e permitido nos EUA, dentre outros.

18 <http://www.citizen.org/TPP>

19 <http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/>

20 <https://parceriatransatlantica.wordpress.com/>

21 <http://www.independent.co.uk/voices/comment/what-is-ttip-and-six-reasons-why-the-answer-should-scare-you-9779688.html>

22 <https://parceriatransatlantica.wordpress.com/>

O TISA²³ é um acordo comercial atualmente negociado por 23 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), incluindo a UE, correspondendo a aproximadamente 70% do PIB mundial e 70% do comércio mundial de serviços. O acordo é baseado no *General Agreement on Trade in Services* (GATS) da OMC, no qual as propostas são baseadas na abertura dos mercados e melhoria das regras de comércio internacional em áreas como licenciamento, serviços financeiros, telecomunicações, e-commerce, transporte marítimo, e empregos profissionais estrangeiros e temporários para prestação de serviços.

Uma vez que as rodadas de negociação da OMC se encontram estagnadas, acordos mais liberais tem sido estabelecidos em paralelo (como os tratados bilaterais e o próprio TISA), principalmente por conta da resistência de alguns países emergentes. Com o vazamento da confidencialidade do acordo pelo Wikileaks em 2014,²⁴ as críticas ao projeto somente aumentaram.²⁵

Considerações finais

Historicamente, o principal objetivo geoestratégico dos Estados Unidos na América Latina foi a iniciação, consolidação e conservação de uma política externa *sui generis* baseado num domínio hemisférico unilateral com vigilância preventiva. Em termos políticos, econômicos e militares, vem consistindo em impedir o ressurgimento de um novo rival, bem como prevenir que qualquer poder hostil possa dominar ou exercer qualquer tipo de influência na região. Assim, os Estados Unidos mantêm mecanismos para dissuadir os competidores potenciais de aspirarem a um papel regional ou global, intervindo político, militar e economicamente com a retórica de diminuir a violência internacional, promover a expansão das formas democráticas de governo e ensejar sistemas econômicos abertos.

Especificamente para a América Latina, a estratégia hemisférica dos EUA na região busca manter sua supremacia e presença militar, reduzindo as forças militares dos países da região; difundir uma agenda de segurança e focada no narcotráfico, em crimes transnacionais e ambientais; difundir a agenda de liberalização econômica ampla, através de acordos bilaterais ou regionais; domínio sobre os recursos e mercados do hemisfério; contrapor a expansão chinesa e a ascensão do Brasil na região, minando seus projetos (MERCOSUL e UNASUL).

Como se pode observar no presente artigo, a geoestratégia estadunidense para a América Latina sempre buscou estabelecer relações a fim de controlar o continente americano como um todo, desde sua formação como Estado nacional. Assim, sete pontos de análise são fundamentais para compreender a geoestratégica estadunidense na América Latina com reflexos mundiais na atualidade:

1) visar conter a expansão do Brasil (através do MERCOSUL e da UNASUL), uma vez que essas repercussões ideológicas e geopolíticas de inserção autônoma entram em choque com o projeto hemisférico estadunidense;

2) buscar ocupar militarmente a América do Sul, usando tanto quanto possível as forças militares dos próprios países, com a finalidade de assegurar o controle das reservas, produção e fluxos dos recursos naturais estratégicos, tais como petróleo, água e biodiversidade.;

3) realizar ações encobertas ou penetrações políticas a fim de desestabilizar e derrocar governos democraticamente eleitos e instaurar/impor seus princípios de economias abertas, liberalização do comércio, desregulamentação das atividades econômicas e disciplina fiscal/contenção de gastos públicos;

23 <http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/tisa/>

24 <https://wikileaks.org/tisa/>

25 <http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/tisa-a-pior-ameaca-aos-servicos-ja-vista-5750.html>

4) refrear a influência da China no sudeste asiático e na América Latina, e inclusive na própria Eurásia, onde recentes acordos entre China e Rússia alertam para o histórico problema do controle geopolítico do coração continental eurasiático;

5) constituir uma maior presença na Bacia do Pacífico, devido ao aumento da sua importância global nos últimos anos, principalmente em termos comerciais, nos quais parte substantiva dos países latino-americanos possuem papel fundamental;

6) minar os esforços dos países dos BRICS, que vem estabelecendo acordos multiníveis, como estabelecimento de um Banco de Desenvolvimento e de um Fundo de Contingências; e

7) estabelecer as bases de uma nova hegemonia global unilateral dos Estados Unidos, caso se finalizem os acordos do TTIP e o TISA, uma espécie de “Otan econômica” (ANDERSON, 2015, p.129), assim como sua hegemonia política (Conselho de Segurança da ONU) e militar (complexo industrial-militar de ponta).

Esta prioridade estratégica da região latino-americana é realizada por diversos fatores políticos, econômicos e geopolíticos, tal como foi constatado ao ratificar-se ao longo do artigo a hipótese de que a América Latina é o espaço estratégico dos Estados Unidos por excelência. Concomitantemente, verifica-se que a desintegração política é um meio de preservar essa desintegração econômica, no qual a política imperialista estadunidense busca desestabilizar qualquer tentativa de tentar formar um movimento político de dimensão continental capaz de delinear a quebra da estrutura econômica dependente e subdesenvolvida.

A crise de 2008 iniciou um processo em curso no sistema global que abre uma janela de oportunidade tanto para os países no topo da estrutura hierárquica internacional como para os países emergentes em termos sociais, políticos, econômicos e comerciais. Esta janela pode ser aproveitada de forma definitiva pelos países latino-americanos a fim de declarar a sua soberania ou perpetuar sua dependência e posição secundária no sistema internacional. Os tempos de crise são uma ordem a se decifrar, uma oportunidade a se buscar, uma transformação a se desejar; são sempre momentos difíceis, mas também de mudanças, de novas oportunidades; é o tempo histórico para rever os erros do passado e construir novas estratégias de empoderamento democrático e igualitário no sistema internacional.

Referências bibliográficas

- AGEE, Philip. *Inside the company: CIA diary*. New York: Bantam Books, 1975.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- _____. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
- BORON, Atilio. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2013.
- CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Constituição (1945). Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945. Carta das Nações Unidas. Brasília, 1945.
- CECEÑA, Ana Esther. Geopolítica. In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Org.). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006. p. 582-593.

- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia*. 4. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/Contraponto, 2002.
- Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (Rio Treaty)*. 1947. Disponível em: <<https://www.state.gov/p/wha/rls/70681.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- JOHNSON, Lyndon B.. *212 - Statement by the President Upon Ordering Troops Into the Dominican Republic*. 1965. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=26922>>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- KENNEDY, John F.. *Transcript of President John F. Kennedy's Inaugural Address*. 1961. Disponível em: <<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=91&page=transcript>>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.
- MONROE DOCTRINE. Transcript Of Monroe Doctrine. 1823. Washington, Disponível em: <[https://www.ourdocuments.gov/print_friendly.php?page=transcript&doc=23&title=Transcript+of+Monroe+Doctrine+\(1823\)](https://www.ourdocuments.gov/print_friendly.php?page=transcript&doc=23&title=Transcript+of+Monroe+Doctrine+(1823))>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- O'SULLIVAN, John L. The Great Nation of Futurity. In: *The Making of America Series*. Ithaca, New York: Cornell University, 1839. p. 426-430. Disponível em: <http://ebooks.library.cornell.edu/cgi/t/text/pageviewer-idx?c=usde;cc=usde;rgn=full_text;idno=usde0006-4;didno=usde0006-4;view=image;seq=350;node=usde0006-4:6;page=root;size=50>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- ROOSEVELT, Theodore. Excerpted from Theodore Roosevelt's Annual Message to Congress. 1904. Disponível em: <<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?doc=56&page=transcript>>. Acesso em: 03 jan. 2017.
- TRIAS, Vivian. *Imperialismo y geopolítica en América Latina*. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez, 1969.
- TRUMAN, Harry S.. *Transcript of Truman Doctrine*. 1947. Disponível em: <[https://www.ourdocuments.gov/print_friendly.php?page=transcript&doc=81&title=Transcript+of+Truman+Doctrine+\(1947\)](https://www.ourdocuments.gov/print_friendly.php?page=transcript&doc=81&title=Transcript+of+Truman+Doctrine+(1947))>. Acesso em: 03 jan. 2017.